


## PATRIMÔNIO: PARA ALÉM DA MATERIALIDADE CONSTITUÍDA

---

**Resenha de:** SMITH, Laurajane. *Uses of heritage*. Routledge: New Edition, 2006, 368 p.

Alexandra Alencar (UFSC/SC)  <sup>1</sup>

“Patrimônio não é só algo material”, essa certamente é a idéia que Laurajane Smith tenta defender ao longo de sua obra *Uses of Heritage*, publicada em 2006.

Natural de Sidney, a autora é professora da Faculdade de Arqueologia e Antropologia da Universidade Nacional da Austrália, desde 2010, além de ser editora do *Jornal Internacional de Estudos sobre Patrimônio* e co-editora junto com o professor Willian Logan da série *Questões Chaves no Patrimônio Cultural*. O interesse de Laurajane Smith é compreender os estudos do patrimônio como uma área de análise política e um processo cultural digno de análise crítica. Seu trabalho mudou a idéia de patrimônio como primordialmente ou simplesmente um “objeto” ou “lugar”, pois re teoriza o patrimônio como um processo cultural de significado e memória. Particularmente, seus interesses de pesquisa incluem compreender o modo como o patrimônio é usado como uma ferramenta cultural no processo de rememoração, esquecimento e construção de identidade; bem como a re-teorização do patrimônio; as políticas de patrimônio; a interação entre classe e patrimônio; multiculturalismo e representação do patrimônio; comunidade

---

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) e pesquisadora do Núcleo de Estudos de Identidade e Relações Interétnicas (NUER), ambos vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (2009) e bacharel em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (2006).

patrimonial; turismo patrimonial e políticas públicas de patrimônio e políticas culturais de identidade.

O livro *Uses of heritage* examina casos internacionais de estudos incluindo EUA, Ásia, Austrália e Nova Zelândia identificando e explorando os usos de patrimônio através do pensamento mundial. A obra está dividida em três partes: a primeira traça um histórico sobre a natureza e o uso do termo patrimônio, a segunda analisa quando, por que e onde emerge o que a autora chama de “discurso autorizado sobre patrimônio” e a terceira parte conta as lições apreendidas como participante em um projeto de patrimônio junto às mulheres Waanyi, no nordeste de Queensland, situado na Austrália.

Para Smith a ideia de patrimônio está mais relacionada a um processo cultural e social, no qual estão engajadas ações de rememoração que criam maneiras de compreender o presente. A ideia do livro não é trazer uma definição fechada de patrimônio, mas colocar em debate as várias concepções acerca da natureza e uso desse termo. Esse trabalho parte da ideia de que patrimônio é algo intangível. Ao tocar na dimensão de intangibilidade da noção de patrimônio, a autora não pretende descartar sua materialidade, mas simplesmente desprivilegiar e desnaturalizar essa noção que permanece como uma essência do termo. A materialidade presente na ideia ocidental de patrimônio propõe que ele possa ser mapeado, estudado, gestado, conservado e ou preservado, e essa proteção pode ser sujeita a uma legislação nacional e às normas e convenções internacionais. No entanto para a autora, o patrimônio está sujeito a uma gestão e preservação/conservação de processos. Esses processos não estão só relacionados à proteção e gestão de sítios ou lugares. Eles constituem processos culturais que identificam coisas e lugares, com valores e significados, que refletem os debates e aspirações contemporâneos. Smith argumenta que patrimônio é uma performance que possui múltiplas camadas, que incorpora ações de comemoração e lembrança enquanto construção e negociação de um senso de lugar, pertencimento e compreensão do presente.

Nos termos de Smith, baseada na noção de Foucault, o patrimônio também é um discurso, que é usado no trabalho de dar forma a uma prática

social. O discurso não só concebe a maneira como entendemos patrimônio, mas regula a maneira como nós agimos e o modo como o conhecimento é construído e reproduzido. Embora o “discurso autorizado sobre patrimônio” possua variações ao longo do tempo e seja produzido a partir de diferentes contextos, a autora destaca que há uma ênfase na dimensão material da noção de patrimônio.

Como definição hegemônica, esse “discurso autorizado sobre patrimônio” promove a idéia de uma herança nacional comum, linhagem e uma série de valores inatos; que tratam de um passado singular que não deve ser adulterado e que são evidenciados através de monumentos e objetos tangíveis como oposição para outras formas de expressão, as quais os visitantes precisam ser levados a eles e serem instruídos passivamente, e que derivam de uma estética universal de gostos e valores amplamente determinados por peritos, em vez de julgamentos leigos.

Na procura por suposições de como se constituiu esse discurso hegemônico, Smith é capaz de mostrar como eles se estabeleceram por poderosas concepções estruturais, nas quais vozes dissidentes lutam para evidenciar concepções alternativas. Por exemplo, o domínio do discurso tem resultado de uma ampla e segura ideia de que a conservação está relacionada às construções selecionadas e credenciadas, que tendem a excluir concepções de patrimônio que não são focadas em objetos materiais, mas em relações pessoais, identidades e sentimentos de pertença.

Smith também pontua que muitas das posturas em relação ao multiculturalismo e a história das minorias nos museus hoje ainda deixam inalterados os termos de como o patrimônio é definido, atribuindo aos grupos subalternos um lugar dentro do discurso autorizado, mas não permitindo um lugar às concepções alternativas na construção da noção de patrimônio.

Nesse sentido, há uma defesa da idéia de que o patrimônio deve ser visto como um processo dinâmico, no qual o passado fornece os recursos e conflitos sobre o que deve ser valorizado como patrimônio. Isso significa que o patrimônio emerge como uma ideia relacional na qual, grupos e indivíduos assumem ativamente posições nas relações com lugares, construções, eventos

e histórias. No engajamento com o patrimônio pessoas constroem a noção de sua própria identidade, que podem ser opostas, concordantes, ou simplesmente permanecer fora dos termos dos “discursos autorizados sobre patrimônio”.

Um dos pontos fortes do livro é a análise da pesquisa da autora, apresentada em primeira mão, sobre as casas de campo e a paisagem arqueológica dos Waanyi, localizadas na Austrália, além da sua seleção pelo Reino Unido para compor a história social dos museus industriais, bem como para um estudo de comunidade patrimonial e identitária em Castleford, onde investe em seus argumentos. Na sua pesquisa sobre os lugares senhoriais, a autora mostra como visitantes de classe média baseiam-se no que é desenhado pelos “discursos autorizados sobre patrimônio”, na produção de sentidos de seu próprio prazer em visitar casas históricas, enraizada na sensação de segurança cultural e confiança sobre sua própria classe e identidades nacionais. No caso da paisagem de Riversleigh, pelo contrário, há muito mais um sentido de contestação sobre o que é estabelecido por esse discurso hegemônico, e como esse discurso é utilizado de forma flexível por diferentes grupos para reforçar suas alegações de autenticidade e autoridade. Por isso, a análise de Smith demonstra que o discurso autorizado sobre patrimônio não é fixo, mas pode mudar e assumir diferentes formas nos diferentes contextos, além disso, os usuários do patrimônio também são ativos nas suas apropriações, acomodações ou negociações. No entanto, existem agentes poderosos na constituição do campo que definem o que pode ou não pode ser considerado patrimônio, legitimando os processos das idéias dominantes de nação, classe, cultura e etnicidade.

Este livro é uma contribuição significativa para nossa compreensão do patrimônio como um processo cultural e social. Isso avança em uma análise emergente que trata do patrimônio como prática social, não como objeto. O que para o Brasil é válido, já que possuímos muitas pesquisas e políticas públicas que já desenvolvem a idéia de patrimônio imaterial, mas ainda possuem uma visão muito restrita de patrimônio, atrelado a uma posse, coisa ou propriedade.

Ao lermos a obra, passamos para outro patamar nos estudos de patrimônio, não mais focado em desnaturalizar sua materialidade, mas que tem por direção uma análise do processo patrimonial como um jogo político no qual todos os atores possuem agência, nos termos de Ortner (2007), e buscam um lugar no campo (Bourdieu, 1996) para poder legitimar a sua cultura e identidade.

### **Bibliografia Adicional**

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas – sobre a teoria da ação**. Tradução: Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

ORTNER, Sherry. Poder e Projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, M; ECKERT, C; FRY, P. (Orgs.). **Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas**. Brasília: ABA; Blumenau: Nova Letra, 2007.